

POLÍTICA DE ARQUITECTURA E ESPAÇO PÚBLICO

Fernando Gonçalves

No passado dia 5 de Julho, a Assembleia da República aprovou o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), com os votos favoráveis do PS e do PSD, os votos contrários do PCP, do Bloco de Esquerda, e de Os Verdes, e a abstenção do CDS. Embora a responsabilidade da sua elaboração tenha recaído no Governo, não é demais insistir no facto de o PNPOT ser um programa nacional. Com efeito, nele se espelham as expectativas de desenvolvimento do território nacional, visualizadas não apenas pelos diversos órgãos de gestão territorial – situados na administração central do Estado, nas regiões autónomas ou nos municípios –, mas também pelos cidadãos e pelas associações representativas dos seus interesses. Todos tiveram a oportunidade de se pronunciar sobre as medidas de desenvolvimento territorial a consagrar no PNPOT e de todos agora se espera o devido contributo para a concretização dessas mesmas medidas.

A Ordem dos Arquitectos (OA) participou activamente na comissão representativa da sociedade civil que acompanhou a elaboração do PNPOT. Coerentemente com reivindicações formuladas pelo menos desde 1996, ano de conclusão do *Livro Branco da Arquitectura e do Ambiente Urbano em Portugal*, a OA bateu-se pela consagração da política de arquitectura no texto do PNPOT. Os pontos de vista por ela defendidos mereceram o acolhimento do Governo e assim se explica que no texto aprovado pela Assembleia da República se afirme que:

A Arquitectura constitui uma actividade fundamental na qualificação e valorização do ambiente urbano, das paisagens e do património cultural. A qualidade arquitectónica, em meio urbano ou rural, representa, assim, um importante factor de desenvolvimento dos territórios e de qualidade de vida dos cidadãos. (Decreto da Assembleia da República n.º 142/X, *Diário da Assembleia da República*, II Série A, n.º 118, de 24 de Julho de 2007: pg. 193)

Daí que, entre as medidas prioritárias destinadas a proteger e valorizar as paisagens e o património cultural, o PNPOT preveja:

Elaborar e implementar um Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, implementando a Convenção Europeia da Paisagem e desenvolvendo uma Política Nacional de Arquitectura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitectura e da paisagem, tanto no meio urbano como rural (2007-2013). (idem: pg. 243)

A finalizar as anteriores citações, registre-se que o PNPOT confia o desenvolvimento da Política Nacional de Arquitectura e da Paisagem (PNAP) aos níveis regional, através dos planos regionais de ordenamento do território, e local, através dos planos municipais de ordenamento do território (idem, pg. 261).

Com estas orientações, o PNPOT constitui um ponto de viragem na atitude até agora mantida pelos sucessivos Governos Constitucionais face à arquitectura contemporânea: um distanciamento prudente que só não se confunde com um completo alheamento porque, de

quando em quando, os deveres do Estado impõem, entre nós, o público reconhecimento do valor que este ou aquele arquitecto português já granjeou no estrangeiro.

Apesar da Constituição da República Portuguesa (artigo 66.º, n.º 2, alínea e) afirmar que ao Estado, em colaboração com as autarquias locais, incumbe promover a qualidade arquitectónica das nossas povoações, não dispomos de uma direcção-geral da arquitectura – tal como sucede em Espanha, França e Itália –, nem até agora nos abalançámos a estabelecer uma política pública de arquitectura, tal como sucede em todos os países da Europa Central e do Norte. Neste ponto, o PNPTOT constitui a promessa de que vamos abandonar a triste companhia que, no âmbito da Europa dos Quinze, temos mantido com a Grécia.

Contudo, não se pense que a consagração oficial da PNAP constitui, por si só, garantia infalível do futuro sucesso de quaisquer políticas nacionais, regionais ou municipais de arquitectura. As forças que se têm oposto, passiva ou activamente, a essa política podem ter sido vencidas, mas estão longe de estar convencidas. Em abono deste diagnóstico consulte-se o Google para verificar que neste motor de pesquisa a expressão “política de arquitectura”, restringida aos sites pt, apenas dá acesso imediato a 15 páginas, o que julgamos ser muito pouco face aos dez anos que a OA gastou a reivindicar, como maior ou menos insistência, a consagração dessa mesma política. A magreza destes números justifica um certo desencanto, que mais se acentua quando damos conta que essas páginas ou são da autoria directa da OA ou foram induzidas por eventos da sua iniciativa. Ao que parece, a política de arquitectura não vende e talvez por isso seja tão difícil de encontrar fora da Ordem, mesmo nos lugares à partida mais evidentes, como seja o caso das revistas especializadas em arquitectura.

Perante este panorama, haverá quem olhe para a consagração da política de arquitectura no PNPTOT e veja nela uma vitória pírrica da OA. Não julgamos ser esse o caso. Para além da consagração oficial, a política de arquitectura – em Portugal, como na restante Europa dos Quinze e na União Europeia alargada – deve a sua existência à necessidade de revalorizar o espaço público como lugar formação cívica. Nesta perspectiva, muito, ou quase tudo, está por fazer entre nós. Há dias, alguém que corrigiu provas escritas de português (Português B) do 12.º ano de escolaridade, dizia-nos, entre escandalizado e estupefacto, que, em cerca de 200 alunos, apenas um tinha argumentado em favor do espaço público, à luz do seguinte texto:

Ao longo da vida, a tendência é para as pessoas passarem cada vez mais tempo sozinhas e fechadas dentro das suas casas, transformadas em verdadeiras «torres de marfim». A maneira como se acumulam bens físicos e se procura melhorar os espaços domésticos reflecte um cada vez maior alheamento em relação ao espaço público colectivo, que raramente é pensado como um bem comum. (Teresa Alves, «Territórios do Nada entre a Esperança e a Utopia», in Lisboa Capital do Nada. Marvila, 2001, Lisboa, Extra]muros[associação cultural para a cidade, 2002).

Todos os outros tinham concordado com a autora citada e louvado o conforto das respectivas torres de marfim... ■